

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA
ACTA N.º 20 DE 26/02/2021

No dia 26 de Fevereiro de 2021, reuniu-se pelas 15:00 horas, no Auditório Municipal de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Ata da reunião ordinária de 29 de dezembro.
2. Eventual intervenção do público (cf. art. 41/2 do Regimento); assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).
3. Informação escrita da atividade da CM e da situação financeira do Município.
4. Informação da atividade da Mesa da AM e seu presidente.
5. Relatório de Avaliação da Atividade da CPCJ de Castelo de Paiva – 2020.
6. 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para o ano de 2021 – Incorporação do Saldo da Gerência Anterior.
7. Compromissos Plurianuais – 4.º Trimestre de 2020.
8. Declaração de compromissos plurianuais.
9. Declaração de recebimentos em atraso.
10. Declaração de pagamentos em atraso.
11. Intervenção do público (cf. 41/1 do Reg.).

Participaram os membros: António Gouveia Coelho, Manuel António da Rocha Pereira, Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro, Manuel António Fernandes Mendes, Ângelo Soares Fernandes, Giselda Martins de Sousa, Maria Celeste José dos Santos, José António da Costa Moreira da Rocha, Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagre, José Vieira Gonçalves, José Correia Teixeira Martins, Marisa Vieira da Cunha Santos, Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, António Pedro Maldonado Martins de Carvalho, Maria Alcina Gonçalves Correia, António Pereira Magalhães, Maria Isabel Correia Cardoso Vieira, Cláudio Silva da Costa, José Carlos Vieira Tavares e Maria Manuela de Sousa Moreira.

Faltou (com justificação): Ana Milene da Silva Pinto.

Presentes também os Presidentes de Junta, eleitos por inerência, a saber: Joaquim Luiz Vieira Martins, José António dos Santos Vilela, António Filipe Moura Fernandes, Vítor Manuel Quintas Pinho, José António de Sousa Teixeira, em representação da Junta de Freguesia de Sardoura, e Francisco Manuel Fernandes Silva.

Da Câmara Municipal (CM) presentes:

O Presidente, Gonçalo Fernando da Rocha de Jesuse os Vereadores José Manuel Moreira de Carvalho e Paula de Melo Alves.

Presidiu António Gouveia Coelho, ladeado Carla Margarida Nunes de Freitas Vinagree, Maria Isabel Correia Cardoso Vieira (em exercício), 1.ª e 2.ª Secretárias, respectivamente.

O Presidente da AM declarou aberta a sessão pelas 15:10 horas.

O Sr. Presidente da AM deu nota do seguinte pedido de suspensão de mandato:

- Paulo Fernando Nogueira Martel da Silva, por um período de 3 meses, tendo a AM ratificado o despacho do Sr. Presidente da AM que autorizou o pedido, datado de 16 de Fevereiro. De seguida, operou-se a respectiva substituição pelo membro Maria Isabel Correia Cardoso Vieira (nos termos do previsto no artigo 79.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e ulteriores alterações).

O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição para a presente sessão:

- António da Silva Pinto. A AM nada opôs à requerida substituição e aceitou que, em vez daquele, participasse na sessão o substituto Ângelo Soares Fernandes, nos termos dos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e ulteriores alterações).

- Sérgio Fernando Pinto Ribeiro Gouveia. A AM nada opôs à requerida substituição e aceitou que, em vez daquele, participasse na sessão o

substituto Maria Celeste José dos Santos, nos termos dos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e ulteriores alterações).

1. Ata da reunião ordinária de 29 de dezembro.

Colocada à votação, a AM deliberou por unanimidade (pelos membros que participaram na reunião) aprovar a ata.

2. Eventual intervenção do público (cf. art. 41/2 do Reg.); assuntos gerais de interesse autárquico (período de antes da ordem do dia).

O membro Almiro Moreira usou da palavra para lamentar o que considerou ter sido a triste comunicação do Sr. Presidente da Câmara em resposta à oportuna questão que a deputada Carla Madureira, do PSD, colocou à Sra. Ministra da Saúde relativa à instalação no concelho de uma “Unidade de Urgência Básica” (24 horas). Disse que lhe parece que o Sr. Presidente da Câmara e o PS não querem trazer esta valência para o concelho, e que prefere não incomodar o Governo do PS em prejuízo de Castelo de Paiva, como tem sempre acontecido desde que este Governo tomou posse, tomando como exemplo o facto de há muito tempo que o Sr. Presidente da Câmara não fala dos problemas da justiça, das acessibilidades.

Referiu que em vez de dar força a esta reivindicação, o Sr. Presidente da Câmara apelou à deputada Carla Madureira que lesse o programa político do partido “Chega”, e que falasse com o Dr. Rui Rio sobre as prioridades daquele partido para o “SNS – Sistema Nacional de Saúde”. Disse que isso não faz sentido nenhum.

Referiu também que sabem que o mandato do Sr. Presidente da Câmara está a terminar e que por isso não quer afrontar os colegas do partido, mas que há limites.

Disse que tomando a comunicação do Sr. Presidente da Câmara à letra, que lhe pedia que lesse o programa político do “Bloco de Esquerda”, no qual uma das coisas que é dita é que não há gestão privada nas unidades inseridas no “SNS – Sistema Nacional de Saúde”, que é o mesmo que dizer, por exemplo, que deveriam acabar com todos os acordos de prestação de cuidados de saúde estabelecidos com as Misericórdias (o que é que o Sr. Pre-

sidente da Câmara iria dizer à “Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Paiva”).

Disse que o “Bloco de Esquerda” também defende que todas as creches dos zero aos três anos devem ser incluídas no sistema educativo, gratuitamente, e todas públicas, referindo que o Sr. Presidente da Câmara então também está a querer dizer, uma vez que há acordos entre o PS e o “Bloco de Esquerda”, que concorda totalmente com o programa deste partido e que, por exemplo, a “Associação de Solidariedade Social de Bairros “Os Cucos” e o “Centro Social e Paroquial de Sobrado” deveriam fechar, porque são privados e têm essas valências em funcionamento.

Concluiu este assunto, referindo que pensava que o Sr. Presidente da Câmara defenderia o concelho numa questão tão importante, mas que afinal escolheu o caminho da demagogia.

Perguntou se o achado arqueológico encontrado no Largo do Conde no seguimento das obras de requalificação em curso é relevante.

Solicitou um ponto de situação da aplicação do plano de vacinação (vírus SARS-COV-2) no concelho.

Perguntou se há alguma novidade quanto ao início das obras da requalificação do edifício do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas” destruído pelo incêndio de 13 de Julho de 2020, e solicitou um ponto de situação relativo ao espaço provisório que vai acolher as empresas afectadas pelo incêndio. Disse que tem recebido relatos de várias empresas afectadas pelo incêndio a reclamar mais apoios, porque os 750.000,00 que terão sido canalizados para apoio a esta tragédia não estarão a ser devidamente encaminhados, sendo que as empresas que foram mais afectadas são aquelas que menos têm acesso a estes fundos, e que a fatia que a elas está destinada é muito pequena, resume-se ao apoio às rendas, faltando apoios ao reinvestimento. Perguntou se as empresas podem beneficiar deste fundo para poderem reinvestir em função dos prejuízos que tiveram com o incêndio?

O membro José Teixeira usou da palavra para dizer que enquanto membro de um grupo de cidadãos do Paraíso, tem sido questionado sobre quais as posições e deliberações que têm sido tomadas pela Assembleia Municipal

no âmbito da desagregação das freguesias, tendo solicitado ao Sr. Presidente da Câmara um ponto de situação relativo a este assunto. Disse que está de consciência tranquila relativamente a este tema, face ao trabalho que tem desenvolvido como membro do referido grupo de cidadãos.

O Sr. Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros, José António Vilela, usou da palavra para perguntar se há uma previsão para o início das obras na estrada de Carreiros a Chão-de-Abade, e em Curvite.

Perguntou se a sinalética para a “Pia dos Mouros” já está pronta?

Pediu ao Sr. Presidente da Câmara para solicitar ao Encarregado Geral que atenda os seus telefonemas, porque por vezes há assuntos urgentes a tratar.

O membro Manuel Mendes usou da palavra para se congratular com as obras em curso no Município, e com o apoio que a Câmara Municipal vai atribuir ao “Centro Cultural e Recreativo de S. Martinho” para a colocação de um relvado sintético no campo de futebol “Manuel Emílio dos Santos”.

Felicitou o Sr. Presidente da Câmara por estar a executar estas obras sem procurar atrair o protagonismo que se vê noutros lugares.

Apelou a todos os Presidentes de Junta para que trabalhem mais em conjunto, e que sejam mais activos e mais imaginativos na procura de soluções para os problemas das suas freguesias, designadamente, ao nível do aproveitamento de fundos comunitários.

Referindo-se à intervenção do membro Almiro Moreira, lembrou que o anterior Governo do PSD encerrou a “Extensão de Saúde de Sardoura” que tanta falta faz à população, e retirou subsídios, aumentou impostos.

Disse que as notícias que vêm vindo a publico sobre eventuais acordos de coligação do PSD incluem partidos de extrema direita que defendem, por exemplo, o fim da escola pública e do “SNS – Sistema Nacional de Saúde”.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho, Francisco Silva, usou da palavra para dizer que o membro Manuel Mendes não foi Presidente de Junta, e como tal, desconhece a falta de tempo que há para elaborar candidaturas.

Agradeceu ao executivo municipal o apoio concedido para a colocação de um relvado sintético no campo de futebol “Manuel Emílio dos Santos”.

Disse que é uma mais-valia para a freguesia, tendo também agradecido a colaboração prestada pelo Vereador José Manuel Carvalho desde o início do processo.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Vítor Quintas, usou da palavra para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já tomou uma decisão relativamente à colocação de saneamento nos loteamentos do Outeiro e do Vale da Mota.

Deu nota que a freguesia de Real continua a ter muitos lugares sem ligação de abastecimento de água ao domicílio.

Agradeceu ao executivo municipal a colocação de pavimento na estrada do Seixo, mas que a freguesia de Real continua a ter muitos lugares sem acessos condignos, designadamente, Vale de Lobos, Salgueirinhos, Monte Lobão, Moinho, Tulepenedo e Azevide.

Solicitou um esclarecimento sobre o estado de funcionamento de uma máquina adquirida pela Câmara Municipal para a aplicação de tapete betuminoso que, passados dois anos, continua a definhar no estaleiro da Câmara Municipal. Disse que na altura foi referido que o primeiro local onde iria ser experimentada seria na freguesia de Real, tendo perguntado se efectivamente a máquina vai para a sua freguesia e quando é que irá para o terreno.

Deu nota que a Rua Emídio Navarro terá sido intervencionada por duas vezes nos últimos cinco anos mas que continua cheia de buracos, tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se vai imputar responsabilidades ao empreiteiro, ou se a Câmara Municipal vai reparar a via a expensas próprias.

Referindo-se à intervenção do membro Manuel Mendes, disse que é muito difícil trabalhar em conjunto quando não se obtém respostas aos e-mails que envia ao Sr. Presidente da Câmara, mais ainda, quando fica a saber pelos seus munícipes que a Câmara Municipal vai à sua freguesia executar determinada obra sem que seja requerida a sua presença ou seja informado de tal.

O membro Pedro Maldonado usou da palavra para perguntar ao membro Manuel Mendes se, de 2014 até hoje, o Governo do PS então apoiado pela extrema esquerda colocou algum médico em Sardoura.

Referindo-se à publicação do Sr. Presidente da Câmara a que aludiu o membro Almiro Moreira, disse que entende que a extrema direita e a extrema esquerda são iguais, não distingue entre um regime totalitário de extrema esquerda, como não distingue um regime totalitário de extrema direita, não há diferenças: quem quiser encontrar um fascista ou um estalinista, basta procurar um antieuropeísta convicto, isto é, Marine LePen, Jean-Luc Mélenchon, Francisco Louça, têm em comum o antieuropeísmo que os caracteriza. Disse que se todos os socialistas presentes tivessem de escolher entre a esquerda de Francisco Louça, a esquerda de Jean-Luc Mélenchon ou a esquerda de Mário Soares e François Mitterrand, não tinham qualquer dúvida em escolher a esquerda de Mário Soares e de François Mitterrand, que eram europeístas convictos.

Disse também que acha que se presta um mau serviço à democracia ao alimentar-se os extremismos: em Itália, em Espanha, a extrema esquerda cresce na mesma proporção da extrema direita, isto é, quanto mais atenção se dá a um extremista de esquerda ou de direita mais ele cresce.

Referiu que não há regime totalitarista que tenha vingado no planeta, seja de extrema esquerda, seja de extrema direita.

Lembrou que o Parlamento Europeu aprovou em 2019 uma resolução que equipara o Estalinismo ao Nazismo, pelo que, apelava a que se enterrasse este discurso de alimentação do extremismo.

A Vereadora Paula Melo usou da palavra para fazer um ponto de situação relativo ao plano de vacinação (vírus SARS-COV-2) no concelho.

Informou que se iniciou no dia 21 de Janeiro a vacinação com a primeira dose dos utentes e funcionários de lares e da rede de cuidados continuados, tendo sido contempladas todas as instituições do concelho; no dia 16 de Fevereiro foi ministrada a segunda dose da vacina, com a excepção dos funcionários e utentes do “Centro Social de Santa Maria de Sardoura” devido ao surto que lá ocorreu. Referiu que neste período foram vacinados

com a primeira dose os profissionais de saúde do concelho e trinta bombeiros, tendo na semana passada sido ministrada a segunda dose da vacina. Deu nota que se iniciou entretanto a vacinação dos idosos com 80 ou mais anos, e das pessoas entre os 50 e os 79 anos com comorbilidades. Disse que no total já foram vacinadas cerca de 1.000 pessoas, e que na próxima semana estão previstos mais dois dias de vacinação a abranger cerca de 350 pessoas.

Referiu que o processo de vacinação tem sido bem organizado, mas com o agendamento a ser feito muito em cima da hora, porque tudo depende da disponibilidade de vacinas a chegar aos pontos de vacinação, pelo que só tem sido possível organizar o processo, que tem corrido bem, porque há uma equipa de profissionais de saúde do concelho que estão a organizar as equipas num curto espaço de tempo e a fazer os contactos de forma célere. Informou que as pessoas estão a ser contactadas via “SMS” através da linha de “Saúde 24” (têm de confirmar se pretendem ser vacinadas), e em alternativa via contacto telefónico ou por carta.

Deu nota que a Câmara Municipal está a preparar um desdobrável com informação relativa ao plano de vacinação que será enviado para as casas dos Paivenses, tendo apelado a que os familiares estejam atentos aos telemóveis dos seus idosos, conforme indicação que foi dada às IPSS em relação aos seus utentes. Disse que neste sentido, as entidades que estão envolvidas neste processo estão a efectuar contactos com os familiares dos idosos que não responderam aos “SMS” que foram enviados, tendo a Câmara Municipal disponibilizado trabalhadores para colaborar nesta fase.

Referiu que no desdobrável é indicado um número de telemóvel de uma equipa de apoio social criada pela Câmara Municipal, que tem um núcleo de profissionais de diversas áreas para prestar apoio em vários níveis. Referiu também que nesta fase da vacinação esse número passa a ter um papel ainda mais relevante: se alguém tiver dificuldade em confirmar a convocatória, ou em deslocar-se ao posto de vacinação na “USF de Castelo de Paiva”, pode ligar para esse contacto de forma a que estes profissionais articulem o transporte com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Deu nota que o Município já demonstrou a sua disponibilidade para ceder equipamentos municipais para esta fase da vacinação, caso o número de vacinas disponíveis assim o justifique.

Informou que, à data, o Município está classificado no nível de risco “moderado” de infecção pelo vírus “SARS-COV-2”.

Pediou que todos os presentes sejam sensibilizadores daquilo que foi planeado para cada uma das fases. Disse que não vale a pena insistir nos contactos, porque as convocatórias estão a ser efectuadas por podem decrescente de idades e ninguém vai deixar de ser vacinado.

Apelou a que todos tenham a consciência que o facto de se estar vacinado não significa que não se venha a ter contacto com o vírus, isto é, a vacina vem para aligeirar os sintomas provocados pela doença até que se atinja a imunidade de grupo.

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para dizer que a colocação de relva sintética no campo de futebol “Manuel Emílio dos Santos” corresponde a um longo anseio do “Centro Cultural e Recreativo de S. Martinho”, e seu também, tendo assumido junto da colectividade e da Junta de Freguesia de S. Martinho o compromisso de encontrar uma solução para o problema. Disse que em 2019/2020 a Associação apresentou uma candidatura ao “PRID – Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas” no valor de 35.000,00, que foi aprovada, o que possibilitou ter alguma ajuda do Governo para a execução do investimento, associada ao esforço que o Município fez em dotar o seu orçamento na área do desporto com a verba necessária a efectivar este investimento.

Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho as palavras que lhe dirigiu, referindo que assumiu com ele, e cumpriu, dois compromissos: a colaboração na colocação do piso sintético anteriormente referido, e possibilitar, no âmbito do processo de revisão do “PDM – Plano Director Municipal”, a criação de uma Zona Industrial do Cobre em S. Martinho.

Informou que em relação ao edifício “Marmoiral”, que soube hoje que houve um conjunto de imobiliárias que apresentaram propostas para aquele

edifício. Disse que o procedimento já foi adjudicado a uma dessas imobiliárias, que entretanto já contactou o Município para se dar início à resolução daquele problema.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que em relação à intervenção do membro Almiro Moreira, que não está impossibilitado de ter ideias e de discutir política quando assim o entender, e que o fez num dia em que um líder do partido “Chega” reclamou cinco ministérios de um possível Governo em coligação com o Dr. Rui Rio.

Disse que leu e ouviu com atenção as declarações da deputada do PSD Carla Madureira, que não conhecia, tendo saudado e apreciado a sua intervenção porque as suas preocupações são consensuais no nosso concelho e no país.

Informou que no início do mês enviou uma carta à Sra. Ministra da Saúde a reivindicar a instalação no concelho de uma “Unidade de Urgência Básica” (24 horas), conforme tem sido feito ao longo dos últimos anos junto de diversos Governos.

Referiu que tem o direito de perguntar se o principal líder da oposição se revê neste tipo de base programática (fim do SNS – Sistema Nacional de Saúde), algo que acha que deve ser esclarecido, até porque a deputada Carla Madureira pode ser surpreendida no futuro com o deitar por terra do conteúdo da sua comunicação em função da actuação do seu líder partidário.

Garantiu que irá sempre lutar para que seja instalada uma “Unidade de Urgência Básica” no concelho, e que este debate é muito importante para se perceber a base programática do partido “Chega”.

Referindo-se ao “PRR – Programa de Recuperação e Resiliência”, disse que as intervenções de agrado que tem feito em relação aos investimentos que lá estão previstos se prendem com o facto de o seu financiamento estar garantido. Referiu que tem de ser criado um regime especial de contratação que agilize os respectivos procedimentos administrativos, uma vez que o “PRR – Programa de Recuperação e Resiliência” tem de ser executado até 2026.

Concluiu este tema, referindo que se trata de uma oportunidade que não se pode desperdiçar.

Esclareceu que os achados arqueológicos descobertos no âmbito da execução da empreitada de requalificação do Largo do Conde estão a ser tratados por uma equipa técnica especializada, de forma a que nosso património arqueológico seja protegido.

Sobre a recuperação do “CACE – Centro de Apoio à Criação de Empresas”, disse tratar-se de matéria da responsabilidade do “IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional”.

Informou que estão a decorrer as obras no centro de acolhimento para que em breve se possa instalar as empresas afectadas pelo incêndio, bem como outras empresas que estejam interessadas em se instalar naquele espaço. Concordou que os apoios às empresas afectadas pelo incêndio têm sido escassos, e que já deu nota disso mesmo às entidades competentes.

Referindo-se à intervenção do membro José Teixeira relativa ao processo de desagregação de freguesias, disse que a sua opinião sobre esta matéria é conhecida de todos desde 2013, isto é, que sempre defendeu a manutenção das nove freguesias do concelho. Referiu que o Governo enviou uma proposta de lei à Assembleia da República, que baixou à “Comissão do Poder Local e da Modernização Administrativa” para ser analisada, à semelhança de outras três propostas de lei da iniciativa do “PCP – Partido Comunista Português”, do “Bloco de Esquerda” e dos “Verdes”. Disse que depois de analisada voltará ao plenário para ser votada, não se sabendo se ainda há tempo útil para a sua concretização antes das próximas eleições autárquicas.

Informou o Sr. Presidente da União das Freguesias de Sobrado e Bairros, que a pavimentação da estrada de carreiros está prevista para o próximo mês de Março, a exemplo do que acontecerá com a Rua Mário Sacramento, informando também que a Câmara Municipal vai avançar com a obra no lugar de Curvite.

Disse que vai dar nota aos serviços municipais do conteúdo da sua intervenção na parte relativa ao Encarregado Geral.

Deu nota que vão ser abertas as propostas relativas ao concurso aberto para a reabilitação da antiga escola EB2/3.

Sobre a instalação de um relvado sintético no campo de futebol “Manuel Emílio dos Santos”, disse que o executivo municipal é sempre sensível às solicitações das colectividades, e que não se compreendia que aquele campo de futebol fosse dos poucos pelados do distrito de Aveiro.

Informou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho que vai avançar com os caminhos de Espinheirinhos e Feitosa, além de outros investimentos a executar naquela freguesia.

Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, esclareceu que a obra de reabilitação da Rua Emídio Navarro ainda não está concluída.

Disse que o investimento efetuado na pavimentação da estrada do Seixo foi muito significativo, porque as pessoas importam, sejam muitas ou poucas.

Referiu que não se recorda de não ter devolvido as chamadas telefónicas efectuadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, e que os investimentos executados naquela freguesia têm tido o acompanhamento do seu Presidente de Junta.

Explicou que o procedimento de contratação relativo a Moinho ficou deserto, vai ser aberto novamente, e no qual terá de se concluir o muro que entretanto ruiu, informando também que a Câmara Municipal vai executar intervenções em Azevide e Vale de Lobos.

Informou que o executivo municipal está a trabalhar em conjunto com a empresa “Simdouro” numa solução para o saneamento nos loteamentos do Outeiro e do Vale da Mota, e nos lugares da Feitoria, Bairros, e na Adroia, em S. Martinho.

Deu nota que há várias intervenções previstas para a freguesia de Real, bem como nas restantes freguesias do concelho.

Informou que a dívida de médio e longo prazo do Município é de cerca de 3.970.000,00, e a de curto prazo é de cerca de 881.000,00, o que demonstra o trabalho que o executivo municipal tem feito ao longo dos seus mandatos e que ainda não terminou.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que ia intervir, mas para que não houvesse confusão entre membro da Assembleia e Presidente da Mesa, que ia abandonar a Mesa por uns minutos e fazer a intervenção no púlpito.

Disse que o processo de desagregação de freguesias no concelho não é da competência da Assembleia Municipal, e que todos sabem qual é a sua posição sobre o tema: se resolvesse problemas, poderia multiplicar-se uma freguesia por cada lugar, mas que acha que não é por aí que se deve pegar, mas sim por outras questões. Referiu que se fossem a pensar o nosso território de forma racional, de forma a perceber quais seriam as freguesias adequadas e respectivos limites, concluir-se-ia que não seriam nem as actuais seis, nem as nove.

Disse que a reforma da agregação das freguesias feita por um Governo PSD mereceu à data a sua discordância, mas também ainda não está convencido que a anulação dessa reforma, só porque sim, também seja uma boa solução, ou seja, tem de haver outro tipo de racionalidade, de discussão, de perceber para que é que servem as freguesias, o que é que pode ser feito com mais ou menos freguesias.

Referindo-se à intervenção do membro Almiro Moreira, referiu que já o ouviu fazer intervenções com maior rigor, e com maior atenção pela nossa terra.

Disse que membro Almiro Moreira não se pode esquecer que ao nível da saúde, o concelho faz parte do “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde Vale do Sousa – Tâmega/Sul”, o que não quer dizer que um deputado de Aveiro não possa falar da “USF de Castelo de Paiva”, que por sua vez é gerida pela “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte”. Disse que se quiserem abordar este assunto com seriedade, devem propor um debate (a Assembleia Municipal pode propor esse debate) no qual participe alguém da “ARS-N – Administração Regional de Saúde do Norte”, enquanto entidade gestora, alguém do nosso “ACES – Agrupamento de Centros de Saúde Vale do Sousa – Tâmega/Sul” e, eventualmente, um deputado de Aveiro e outro do Porto, desde que não venham com preocu-

pações politico/partidárias ou eleitorais, mas sim para solucionar um problema prático.

Referiu que não há nenhum Presidente de Câmara que não queira uma “Unidade de Urgência Básica” (24 horas) a funcionar no seu concelho, pelo que acha que desse ponto de vista o assunto não foi tratado como gostaria. Desafiou a que se trabalhe no sentido de se avaliar se o concelho está efetivamente em desvantagem relativamente a outros que detenham uma “Unidade de Urgência Básica” (24 horas), e se há razão desse assunto ser abordado na Assembleia Municipal no ponto de vista da localidade e não das questões politico/partidárias.

Referindo-se à intervenção do membro Pedro Maldonado, disse que “não se pode meter tudo no mesmo saco”, ou seja, falar em extrema direita ou extrema esquerda da maneira que falou pode ser perigoso.

Disse que não sabe quem é o rosto da extrema direita em Castelo de Paiva, mas sabe quem é o rosto daquilo a que o membro Pedro Maldonado chamou de extrema esquerda, do Partido Comunista, do “Bloco de Esquerda”, e de outros militantes de esquerda que deram muito trabalho à democracia que temos em Portugal.

Disse também que não se pode comparar as linhas vermelhas propostas por partidos como o “Chega”, porque o que está em causa são práticas fascistas, com os contributos, inclusive de Paivenses, ditos de extrema esquerda, para o 25 de Abril de 1974. A questão, disse, não está em extrema direita ou esquerda, mas sim na prática da democracia, em quem para ela contribuiu com valores que não se comparam com o fascismo.

O membro Pedro Maldonado interveio novamente para dizer que queria que ficasse claro que ao contrário do que foi feito pelo Sr. Presidente da AM, ele não fez qualquer fulanização naquilo que foi a sua intervenção.

Referiu que o Sr. Presidente da AM reparou que invocou uma resolução do Parlamento Europeu que equiparou o comunismo e o nazismo, comungando de tudo quanto lá está escrito.

Referiu também que não faz intervenções de carácter politico, pessoal ou local em relação a quem quer que seja, nem desvaloriza o trabalho, a com-

participação que gente de direita e de esquerda teve na consolidação democrática do nosso país.

Reiterou que é da opinião de que os extremos são sempre iguais.

O membro José Teixeira usou da palavra para dizer que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre o processo de desagregação de freguesias, conforme tem sido feito por outras Assembleias Municipais do país.

3. Informação escrita da actividade da CM e da situação financeira do Município.

Presente o ofício n.º 777, datado de 17/02/2021, emanado do Presidente da Câmara, contendo a informação da actividade da CM, entre os dias 22 de Novembro de 2020 e 8 de Fevereiro de 2021, bem como uma informação da situação financeira, datada de 15/02/2021.

De acordo com o mapa dos encargos assumidos e não pagos, a dívida referente a fornecedores é à data de 15/02/2021 do valor de 1.090.445,36 euros e do resumo diário de tesouraria, datado de 15/02/2021, no valor de 2.150.546,36 euros, sendo estes documentos depois de apreciados, arquivados na pasta anexa a esta acta.

A AM tomou conhecimento.

4. Informação da actividade da Mesa da AM e seu presidente.

O Sr. Presidente da AM deu nota da correspondência endereçada à AM: Junta de Freguesia de S. Martinho Fossas da Adroia – Intervenção urgente;

- ANAN – Associação Nacional de Assembleias Municipais - Século XXI – A Liberdade em Declínio?;
- Grupo Parlamentar “Os Verdes” - Agendamento de discussão da iniciativa do PEV sobre reposição de freguesias – 29 de Janeiro;
- ANAN – Associação Nacional de Assembleias Municipais - Reunião com CCDR-N;
- ANAN – Associação Nacional de Assembleias Municipais - Apoio escolar aos filhos de profissionais de Saúde Oral;
- ANAN – Associação Nacional de Assembleias Municipais - As autárquicas devem ser adiadas com a pandemia?;

- CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva
- Relatório de Avaliação da Actividade da CPCJ – 2020;
- Grupo Parlamentar “Os Verdes” - Dificuldades de acesso à Internet numa parte significativa do país.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para informar que o “PDM – Plano Director Municipal” foi publicado no dia 19 de Fevereiro.

Deu nota da recepção de um ofício do Tribunal de Contas a informar do cancelamento do empréstimo de médio e longo prazo a contratar pela Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara explicou que a demora na obtenção do “Visto” do Tribunal de Contas originou que grande parte das obras que se previam executar com o financiamento obtido com o empréstimo tivessem entretanto sido executadas, pelo que contratação do mesmo já não se justificava. Assegurou que os investimentos que estão por executar vão ser realizados.

5. Relatório de Avaliação da Actividade da CPCJ de Castelo de Paiva – 2020.

Presente o Relatório Anual de Actividades da CPCJ – 2020 que depois de apreciado será arquivado na pasta anexa a esta acta.

A AM tomou conhecimento.

A Presidente da “CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens” de Castelo de Paiva, Giselda Neves, usou da palavra para fazer um breve resumo da actividade realizada pela Comissão durante o ano de 2020.

Deu nota que a actividade das “CPCJ” é fiscalizada pelos Senhores Procuradores, sendo que a Sra. Procuradora junto da Comarca do Tribunal de Castelo de Paiva, em tempos de pandemia, participou em algumas reuniões alargadas da “CPCJ” de Castelo de Paiva.

Explicou que o relatório relativo ao ano de 2020 se centra em aspectos logísticos do funcionamento da Comissão. Disse que a “CPCJ” funciona em duas modalidades, destacando a modalidade alargada, com a intervenção de quinze elementos, que reúne mensalmente, auxiliando a Comissão na execução do seu Plano de Actividades e em algumas acções de promoção e prevenção dos direitos das crianças.

Disse que a “CPCJ” funciona em instalações disponibilizadas pela Câmara Municipal, não detém autonomia financeira, ou seja, as verbas necessárias ao seu funcionamento são transferidas semestralmente pela Comissão Nacional para o Município. Informou que o Município também presta apoio administrativo e disponibiliza uma técnica, Dra. Andreia Gomes, que tem uma carga horária de cerca de 20 a 25 horas por semana.

Explicou que o Ministério da Educação cede à Comissão um professor a tempo inteiro, além da participação da Segurança Social e do Ministério da Saúde.

Informou que no ano de 2020, a “CPCJ” acompanhou 123 crianças e jovens que por algum motivo foram sinalizadas à Comissão pela “GNR - Guarda Nacional Republicana” (entidade mais sinalizadora), pelos Agrupamentos de Escolas (Educadores e Professores), por familiares, através de denúncias de vizinhos ou de instituições.

Disse que a Comissão actua sempre que há consentimento e quando há acordo, e quando não há consentimento e acordo o processo é enviado directamente para o tribunal.

Quanto às principais problemáticas, destacou, em crianças entre os zero e os dois anos: quatro casos de negligência grave, quatro de violência doméstica, um de abuso sexual, e algumas negligências menos graves; em crianças entre os três e os cinco anos: um de negligência grave, dez de violência doméstica, onze de falta de supervisão, e negligências menos graves; em crianças entre os seis e os oito anos; sete de negligência grave, sete de violência doméstica, oito de outras negligências; em crianças entre os nove e os dez anos: quatro de negligências graves, quatro de violência doméstica, doze de outras negligências, um crime de natureza sexual; em crianças entre os onze e os catorze anos: dois de negligência grave, catorze de violência doméstica, um de negligências menos graves; em jovens entre os quinze e os dezassete anos: doze de violência doméstica, quatro de outros comportamentos relacionados com “bullying”, automutilação (está a diminuir), quatro crimes de consumos, um de natureza sexual. Deu nota que os crimes de natureza sexual e de exposição de natureza sexual acontecem

dentro de portas e são vistos pelas crianças, nomeadamente, pelo visionamento de filmes pornográficos por casais em que um dos membros não é o pai/mãe biológico (famílias reconstituídas). Referiu que muitos casos de violência doméstica também ocorrem em famílias reconstituídas (há muitas famílias reconstituídas em Castelo de Paiva).

Informou que a “CPCJ” recebe muitos destes crimes de natureza sexual, mas não pode actuar, remetendo directamente para o Ministério Público a informação que obtiver.

Salientou que uma das coisas que mais preocupa a Comissão são os crimes de violência doméstica, pelo que é urgente a criação de uma “Casa de Emergência Social” no concelho. Disse que os casos de violência doméstica também se refletem na escola, tendo dado o exemplo de casos de meninos dos seis aos dez anos que agredem professores e auxiliares de acção educativa em resultado de agressões a que assistem em casa. Nestes casos, disse, a “CPCJ” actua depois de obtido o consentimento por parte das famílias.

Em relação aos consumos, destacou o consumo de álcool e de substâncias aditivas, que também resultam em situações de violência doméstica. Informou que a Comissão estabeleceu acordos com instituições de saúde para fazerem o tratamento a situações de dependência, e também presta apoio psicológico em parceria com o “CLDS 4G – Contrato Local de Desenvolvimento Social”, com a Câmara Municipal e com os Agrupamentos de Escolas.

Referiu que a Comissão procura que estas questões se resolvam dentro de ambiente familiar, pelo que em 80% das medidas aplicadas as crianças ficam junto dos pais, sendo que nos restantes 20% as crianças ficam temporariamente junto de outros familiares. Informou que no ano de 2020, a Comissão não fez qualquer proposta de acolhimento em instituições.

Informou também que ultimamente têm tido muito trabalho em casos de regulação das responsabilidades parentais que resultam de processos de divórcio de casais com níveis de instrução bastante elevados, nos quais a Comissão tem de servir de intermediária entre pais e advogados, no sentido

de fazer ver que as crianças não podem ser usadas como “arma de arremesso” entre o casal.

Deu nota que está a ser efectuado um grande diagnóstico a nível nacional relativo à promoção concelhia dos direitos das crianças e jovens, para perceber se cada concelho é realmente promotor e se se interessa pelas suas crianças e jovens - projecto “Adélia”. Disse que a Comissão está a trabalhar em cerca de 450 inquéritos aplicados desde o Pré-Escolar ao ensino Secundário, sendo que a visão das crianças e jovens sobre este tema não é muito favorável em relação à actuação dos concelhos.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que a Assembleia Municipal designou quatro representantes junto da “CPCJ”, tendo convidado esses representantes para que se quisessem e pudessem, manifestassem a sua opinião, tendo dado a palavra ao membro Alcina Correia.

O membro Alcina Correia, na qualidade de representante da Assembleia Municipal na “CPCJ”, usou da palavra para dar os parabéns à nova Presidente daquela Comissão, a Professora Giselda Neves, e expressou o seu louvor à Dra. Andreia Gomes que esteve durante muitos anos à frente da Comissão, tendo desenvolvido um bom trabalho.

Disse que em relação às crianças do Pré-Escolar e do 1.º ciclo, que as pessoas não têm a noção dos problemas que estão a surgir no seio das famílias devido à pandemia causada pelo vírus “SARS-COV-2”, porque há famílias cujos elementos ficaram desempregados, porque há uma maior convivência familiar que não era habitual, em função dos novos horários de trabalho, conduzindo a que as pessoas não se apercebam que as crianças estão ali no meio dos conflitos, das agressões, sendo completamente postas à parte. Referiu que as escolas têm aqui um papel muito importante, porque é muitas vezes aos docentes a quem as crianças se vão queixar destes problemas que vivem em casa.

Referiu também que as pessoas que pertencem às “CPCJ” têm de ser muito sensíveis, como é o caso das pessoas que compõem a “CPCJ” de Castelo de Paiva.



Concluiu, referindo que é muito importante que a Assembleia Municipal se continue a fazer representar de forma ainda mais activa na comissão alargada da “CPCJ”.

A 1.ª Secretária da AM, Carla Freitas, também na qualidade de representante da Assembleia Municipal na “CPCJ”, usou da palavra para dizer que se sente honrada em participar da comissão alargada, porque fica com a noção daquilo que realmente se passa no seio das famílias. Disse que aprendeu muito com essa participação, tendo vindo a colaborar em tudo o que pode. Apelou a que todos divulguem os casos que venham a ter conhecimento, no sentido da protecção dos jovens e das crianças.

O Sr. Presidente da AM interveio novamente para dizer que a Dra. Mónica Rocha, também ela representante da Assembleia Municipal na “CPCJ”, dirigiu-lhe um e-mail no qual informa, e citou “... que foi um ano complicado em termos de execução de algumas actividades, e mesmo a realização de reuniões presenciais, devido aos tempos de pandemia vivenciados.

Algumas das reuniões realizaram-se, nas quais foram discutidos assuntos importantes e foi dado a conhecer o trabalho realizado.

Ficou patenteada a preocupação e conseqüente empenho em trabalhar em prol das nossas crianças e jovens por parte da “CPCJ” de Castelo de Paiva, na pessoa da sua Presidente Giselda Neves, á qual deixo toda a minha consideração.

Avizinham-se tempos difíceis e todos os esforços e ajudas são bem vindos, pelo que cá estarão para colaborar afincadamente.”

O Sr. Presidente da AM propôs um voto de louvor e apreço pelo excelente trabalho realizado pela “CPCJ” de Castelo de Paiva, designadamente, pela actual Presidente, Professora Giselda Neves, pela cessante, Dra. Andreia Gomes, e pelos representantes designados pela Assembleia Municipal. O voto de louvor e apreço foi aprovado por unanimidade.

6. 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para o ano de 2021 – Incorporação do Saldo da Gerência Anterior.

A Câmara Municipal (DGFPD) apresentou a seguinte proposta: “Nos termos do estabelecido pelo ponto 3 da NCP 26 do SNC-AP, as alterações

orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadmissíveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas.

Sendo que, nos termos da NCP 26 do SNC-AP, as Alterações Orçamentais Modificativas são aquelas que procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor. Nos termos do estabelecido pelo ponto 8.3.1.3 do POCAL (ainda em vigor) o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, sendo que nos termos estabelecido pelo ponto 8.3.1.4 do POCAL, na revisão do orçamento pode ser utilizada como contrapartida o saldo apurado.

Após o apuramento do saldo de gerência de 2020, este, pode ser utilizado, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL), que deve respeitar o princípio do equilíbrio orçamental.

Tendo por base os fundamentos e disposições legais aplicáveis, e nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo n.º 33 do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, conforme os documentos anexos a esta proposta, inerentes a execução orçamental à data de 31 dezembro 2020 (os quais podem vir a registar ajustamentos em sede de encerramento final de contas) designadamente:

- Mapa Fluxos de Caixa
- Resumo Diário tesouraria
- Mapa Execução Orçamental da Receita
- Mapa Execução Orçamental da Despesa
- Mapa de Execução das GOP (PPI individualizado)

Assim, apresenta-se a I Alteração Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que se consubstancia na I Revisão ao Orçamento 2021 e às Grandes Opções do Plano para 2021 -2024, que visa a introdução do



saldo da gerência de operações orçamentais de 2020, no valor de € 940.202,32.

O Saldo de gerência corresponde ao saldo de caixa apurado a 31 de dezembro de 2020.

Este saldo decompõe -se em saldo de operações orçamentais e saldo de operações de tesouraria. Para efeitos de inscrição e disponibilização do saldo de operações orçamentais deve ser associado às contas da classe zero aplicáveis o código 16 - Saldo orçamental da gerência anterior.

A I Revisão ao Orçamento 2021 e às Grandes Opções do Plano 2021 – 2024, consubstancia-se na I Revisão ao Orçamento da Receita com reforço no montante de € 940.202,32;

- na I Revisão ao Orçamento da Despesa com reforço no montante de € 940.202,32€;

Com a presente proposta de Revisão Orçamental, a dotação corrigida do orçamento para 2021 será alterada para € 21.848.288,55 uma vez que, a introdução do saldo da gerência no orçamento da receita, no valor de € 940.202,32 na rubrica 16 01 01 – Saldo da Gerência Anterior – Saldo Orçamental – Na Posse do Serviço, terá como contrapartida o aumento do Orçamento da Despesa em igual valor.

I Revisão Orçamental de 2021

(síntese)

Revisão da Receita:

- Saldo da Gerência Anterior – 16.01.01 – na posse do serviço + 940.202,32€

Revisão da Despesa:

Em contrapartida, reforça-se o Orçamento da Despesa no montante de € 940.202,32, nas seguintes rubricas:

- 0103 /02010202 – Combustíveis Gasóleo € 50.000,00;
- 0103 /020114 – Material Peças € 10.000,00;
- 0103 / 02011601 - Agua € 80.000,00;
- 0103 /020219 – Assistência Técnica € 20.000,00;

Reforça – se ainda por contrapartida as GOP'S nos seguintes projetos:

- 2002/A/20 - 0103 /040701 – Transferências Correntes no âmbito do combate ao Covid 19 – 040701 – 30.000,00€;
 - 2012/A/2 – 0103/020121 Banco Alimentar € 10.000,00;
 - 2002/I/105 – 0103 /07010408 – Conservação e Manutenção da Rede Viária – 250.000,00€;
 - 2002/I/58 -0103/07010402 – Sistema Geral de Saneamento – 100.000,00€;
 - 2002/I/168 – 0103/07010412 – Alargamento Cemitério Sobrado-250.000,00€
- 2021/I/xxx – 0103/07010408 - Rotunda da Intersecção da EN 222 e EN 224 (Rotunda Coto) – 140.202,32€

A presente modificação tem como finalidade ajustar o orçamento a execução de determinados projetos cofinanciados, assim como proceder a reforços e anulações necessários à execução determinadas despesas que se afiguram como necessárias ao Município no desempenho das suas competências conforme detalhe antes elencado e refletido nos mapas anexos.

Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os documentos de prestação de contas, onde se inclui o mapa dos fluxos de caixa e Mapas de Execução Orçamental.

A apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril* nos termos do n.º 2 do art.º 37.º, não prejudicando a aprovação pela Câmara Municipal que poderá acontecer em qualquer momento.

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da revisão orçamental.

A incorporação do saldo de gerência não está dependente da apreciação e votação do relatório e contas pela Assembleia Municipal, mas, tão só, da aprovação pelo órgão competente, a Câmara Municipal, do mapa dos fluxos de caixa onde o mesmo é apurado.

Face ao que precede, é possível proceder à revisão orçamental, por incorporação do saldo de gerência, numa sessão ordinária ou extraordinária da Assembleia Municipal, anterior à segunda sessão ordinária (abril ou Maio), quando se respeite a seguinte sequência de atos:

1. Aprovação do mapa dos fluxos de caixa pela Câmara Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2. Aprovação pela Assembleia Municipal da revisão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim propõe-se submeter ao órgão executivo, o seguinte:

1. Autorizar a I Revisão ao Orçamento 2020 e às Grandes Opções do Plano para 2021-2024, que se consubstancia na 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita com reforços no montante de € 940.202,00;

na 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa com reforços no montante de € 940.202,32, sendo que 160.000,00€ sem plano;

e na 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2021 – 2024 com reforços no montante de € 780.202,32 para introdução do saldo da gerência de 2020, nos termos do ponto 8.3.1 do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea d) do n.º 13 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, considerando que o mapa dos fluxos de caixa de 2020 será aprovado pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2. Remeter a presente proposta de Revisão Orçamental à Câmara Municipal de Castelo de Paiva para submissão à Assembleia Municipal de Castelo de Paiva, para aprovação, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.”

O membro Almiro Moreira usou da palavra para dizer que sempre que os membros da AM votam estes pontos, há responsabilidades individuais que estão em causa se as propostas não estiverem em conformidade com a lei. Referiu que não é o caso da presente proposta, que é legal, mas que dava

conta de falhas na forma como o pedido foi formulado, uma vez que as remissões legais estão imprecisas, ou seja, deveria estar claramente expressa a referência ao artigo 129.º, da Lei n.º 2/2020 – Lei do Orçamento de Estado para 2020 -, eventualmente à proposta de Lei n.º 562, no seu artigo 97 – Lei do Orçamento de Estado para 2021, ainda não publicada -, o n.º 6, do artigo 40.º, da Lei n.º 73/2013, de 12 de Setembro, porque sem estas três referências (nenhuma delas consta da proposta) o que iriam aprovar era ilegal, já que, até 2020, não era possível rever o Orçamento de 2021 com base numa Conta de Gerência de 2020 que ainda não foi aprovada.

Disse que no futuro há que ter mais cuidado nas referências feitas aos Decretos-Lei, para que os membros da AM, que têm a competência de fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, possam identificar as normas legais que fundamentam as propostas.

Questionou a razão da antecipação para esta data da incorporação do saldo de gerência anterior, e não em Abril, após a aprovação dos documentos de prestação de contas de 2020.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para solicitar ao membro Almiro Moreira que repetisse as remissões legais que tinha referido, o que foi feito nos termos exactos anteriormente mencionados.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que ia instruir os serviços para retificar a informação, incluindo, se necessário, as referências legais anteriormente referidas.

Explicou que era necessário incorporar já o saldo de gerência anterior porque se entrará em breve no período de gestão corrente, e poderá não ser possível executar os investimentos que ali estão associados.

Destacou a empreitada da “Rotunda do Côtó” na Variante à EN 222-1, em função do acordo estabelecido com a “Infraestruturas de Portugal”, no qual assumem 80% do investimento, numa empreitada no valor de cerca de 300.000,00 (Câmara Municipal assume 20% do investimento).

O Sr. Presidente da AM sugeriu que votassem com a recomendação de que os serviços municipais verificassem e rectificassem a fundamentação legal aplicável à proposta aprovada, com referência ao art.º 129.º do Orçamento

de Estado para 2020, e ao art.º 40.º, n.º 6, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual.

Apreciada a proposta a AM deliberou por unanimidade, com a recomendação anteriormente descrita, aprovar a 1.º Revisão ao Orçamento e GOP's para o ano de 2021, de acordo com o previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º conjugado com a alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

7. *Compromissos Plurianuais – 4.º Trimestre de 2020.*

A AM tomou conhecimento.

8. *Declaração de compromissos plurianuais.*

A AM Tomou conhecimento.

9. *Declaração de recebimentos em atraso.*

A AM tomou conhecimento.

10. *Declaração de pagamentos em atraso.*

A AM tomou conhecimento.

11. *Intervenção do público.*

O Sr. Carlos Novais, residente na União das Freguesias de Sobrado e Bairros, usou da palavra para perguntar se há alguma novidade em relação à questão do usufruto da “Quinta da Boavista”.

O membro Almiro Moreira usou da palavra para informar que está-se a iniciar o “Censos 2021”. Apelou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que sensibilizem as respectivas populações a responder ao inquérito (a partir do dia 24 de Abril) pela internet, minimizando assim os contactos presenciais em tempo de pandemia.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para informar que o caso do desaparecimento do espólio e de diversas peças e bens associados à “Casa da Boavista” está entregue à investigação da Polícia Judiciária. Disse que sabe que estão a ser inquiridas várias pessoas e que o processo está a correr os seus termos junto do Ministério Público.

O Sr. Presidente da AM usou da palavra para dizer que a questão associada à “Quinta da Boavista” é mais complexa e mais profunda.

Informou que foi convidado pela Câmara Municipal a estar presente numa reunião em Lisboa sobre esta matéria, na qual não pôde estar presente por motivos profissionais. Disse que houve contactos, mas que supõe que não houve qualquer avanço nesta matéria (Sr. Presidente da Câmara confirmou que não), sendo um assunto tem de ser colocado na agenda das preocupações dos eleitos locais.

A sessão foi encerrada às 18:15 horas, tendo-se aprovado a minuta da acta por unanimidade, nos termos e para os efeitos previstos no n.º.3, do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

A 2.ª Secretária, em exercício,

